

E eu não sou um intelectual? A trajetória intelectual e política de José Correia Leite

 **Felipe Alves de Oliveira**
Universidade Federal de Catalão
Catalão, GO – BRASIL
lattes.cnpq.br/4784736042924174
felipe.oliveira@ufcat.edu.br
 orcid.org/0000-0002-6576-9342

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317452025e0105>

Editores Responsáveis (Convidados):

Cláudia Mortari
Universidade do Estado de Santa Catarina
orcid.org/0000-0001-8006-006X

Marcello Felisberto Moraes de Assunção
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
orcid.org/0000-0001-6978-6564

Nelson Maldonado-Torres
University of Connecticut-Storrs
orcid.org/0000-0001-7738-7029

Recebido: 22/02/2025

Aprovado: 06/07/2025

E eu não sou um intelectual? A trajetória intelectual e política de José Correia Leite

Resumo

Nos últimos anos, a discussão em torno da decolonialidade tem avançado no campo das ciências humanas e sociais, em especial no campo da história. Entendemos a decolonialidade como um movimento teórico indissociável da práxis (ação) e que busca, entre outras coisas, a (re)fundação das universidades brasileiras (Carvalho, 2019). Nesse sentido, a ruptura com a colonialidade, passa invariavelmente pela necessidade de dialogar com as epistemologias formuladas por aqueles/as alçados à condição de “condenados da terra”. Em consonância com a perspectiva da decolonialidade, este artigo busca, a partir dos diálogos com importantes teóricas negras, Audre Lorde, bell hooks e Grada Kilomba refletir sobre a importância de se romper com a noção de intelectual forjada pela colonialidade. Partindo da noção de que o/a intelectual é alguém que produz ideias contra-hegemônicas (bell hooks), o texto apresenta a trajetória de José Correia Leite, um dos maiores expoentes do movimento negro brasileiro do século XX. A partir do percurso intelectual de Leite, retomamos importantes aspectos da luta protagonizada por mulheres e homens negros(as) no Brasil em busca na “nova abolição”.

Palavras-chave: José Correia Leite; intelectuais negros(as); movimento negro.

And am I not an intellectual? The intellectual and political trajectory of José Correia Leite

Abstract

In recent years, the discussion around decoloniality has advanced in the field of human and social sciences, especially in the field of history. We understand decoloniality as a theoretical movement that is inseparable from praxis (action), and that seeks, among other things, the (re)foundation of Brazilian universities (Carvalho, 2019). In this sense, the rupture with coloniality invariably involves the need to dialogue with the epistemologies formulated by those elevated to the status of “condemned of the earth”. In line with the perspective of decoloniality, this article seeks, based on dialogues with important black theorists, Audre Lorde, bell hooks and Grada Kilomba, to reflect on the importance of breaking with the notion of intellectual forged by coloniality. Starting from the notion that an intellectual is someone who produces counter-hegemonic ideas (bell hooks), the text presents the trajectory of José Correia Leite, one of the greatest exponents of the Brazilian black movement of the 20th century. Based on Leite's intellectual journey, we revisit important aspects of the struggle carried out by black women and men in Brazil in search of the “new abolition”.

Keywords: José Correia Leite; black intellectuals; black movement.

I. Nunca estivemos destinadas(os) a sobreviver

E quando falamos nós temos medo
 de nossas palavras não serem ouvidas
 nem bem-vindas
 mas quando estamos em silêncio ainda
 estamos com medo.

Então é melhor falar
 lembrando
 nunca estivemos destinadas a sobreviver
 (Audre Lorde, 2020, p. 83).¹

Escolhi começar este ensaio em diálogo com Audre Lorde², pois gostaria de refletir, inicialmente, sobre o lugar do silêncio na vida daqueles(as) alçados(as) à condição de “condenados da terra”. Antes disso, é necessário realizar um recuo no tempo/espço para refletir sobre como o silêncio foi uma das ferramentas mais sofisticadas da colonialidade na tentativa de dominar, espoliar e desumanizar “as/os outras/os”. Segundo Nelson Maldonado-Torres, a “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (Torres, 2019, p. 36).

Em “*Memórias de Plantação*”, a artista interdisciplinar, escritora e teórica Grada Kilomba, recupera a história da escravizada Anastácia³ para explicar como o silêncio foi uma forma de dominação imposta às(aos) escravizadas(os) no contexto da ordem colonial:

Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, um em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os

¹ Trecho do poema Uma litania pela sobrevivência. O poema faz parte do livro *A unicórnica preta*, publicado no Brasil em 2020. LORDE, Audre. *A unicórnica preta*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Relicário edições, 2020. p. 83.

² Audre Lorde (1934-1992) nasceu em 1934, em Nova York. Filha de imigrantes caribenhos, a poeta e ativista preta, mãe, lésbica, como costumava se apresentar, Lorde foi uma das maiores vozes do feminismo negro do século XX.

³ Sobre a história da escravizada Anastácia, VER: KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 35-36.

escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “outras/os” (Kilomba, 2019, p. 33).

Como bem observou Grada Kilomba, o “sucesso” do projeto colonial europeu, imposto aos chamados “outros/as”, passou invariavelmente, pela imposição do silêncio. Assim, o controle da boca, tornou-se uma questão crucial, “a boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência” (Kilomba, 2019, p. 33). Nesse sentido, o ato de falar é uma condição essencial da decolonialidade, pois é a partir da fala que “a/o outra/o” não apenas coloca em risco toda a ordem colonial, mas especialmente torna-se sujeito. Em “Erguer a Voz”, bell hooks explica que

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conversam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado (bell hooks, 2019, p. 37).

Ao refletir sobre os escritos de bell hooks, Audre Lorde e Grada Kilomba, é possível apontar para a importância vital que os feminismos negros têm creditado à necessidade de se romper com o silêncio e erguer a voz, uma vez que, segundo Lorde “nunca estivemos destinadas/os a sobreviver” (Lorde, 2020, p. 83). Sendo assim, é a partir deste ponto, que pretendemos apresentar a trajetória intelectual e política de José Correia Leite, como alguém que, ao romper com o silêncio, ou seja, com a lógica da colonialidade, ergueu sua voz contra o perverso racismo brasileiro.

Antes de passarmos para a segunda parte deste ensaio – a apresentação da trajetória intelectual e política de José Correia Leite –, é importante destacar o que entendemos por decolonialidade. Como bem apontou Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, é preciso compreender a decolonialidade num sentido amplo, “que abarca a longa tradição de resistência

das populações negras e indígenas” (Costa; Torres; GrosfogueL, 2019, p. 9). Longe de ser uma mera “moda acadêmica”, a decolonialidade é uma ferramenta importante para as(os) ditas(os) outras(os) na luta a ordem colonial. Ser decolonial é ser radical, ou seja, compreender a raiz do problema, como nos ensinou Angela Davis (2017). Não é possível falar em decolonialidade sem práxis, sem ação, sem a elaboração de novos horizontes civilizatórios.

II. E eu não sou um intelectual?

José Correia Leite (1900-1989) foi um dos expoentes do Movimento Negro do século XX. Apesar da sua grandiosidade, sua trajetória ainda é pouco conhecida, seja na academia ou fora dela. Na tentativa de preservar e documentar para a posteridade, não apenas a sua história, mas de toda uma geração de militantes do movimento negro, em março de 1983 Cuti⁴ deu início a uma série de entrevistas com José Leite Correia. O projeto só foi concluído em fevereiro do ano seguinte, e sua publicação só veio a acontecer em 1992, três anos após o falecimento de Leite.

O livro reúne as conversas entre Leite e Cuti, uma seleção de artigos publicados na imprensa negra entre os idos 1929 e 1960, e a versão original do livro *O alvorecer de uma ideologia*, obra escrita no início dos anos 1960, que acabou não sendo publicada pela Associação Cultural do Negro, da qual Leite fazia parte.

Trata-se de um material valioso, e como afirmou Ivair Augusto Alves dos Santos, “deverá ser leitura obrigatória a todos que militam no Movimento Negro” (Leite, 1992, p. 9). De fato, o livro *E disse o velho militante José Correia Leite* é leitura obrigatória para todas(os) aquelas(es) que militam no Movimento Negro. A partir das memórias de Leite, é possível fazer uma imersão na agência negra do século XX.

Dentre as inúmeras reflexões de Leite, uma delas me saltou aos olhos, quando relatou, no início da militância, sua dificuldade em relação à escrita, e afirmou que não se considerava um intelectual:

⁴ Cuti é pseudônimo de Luiz Silva (1931-2009), intelectual e histórico militante do movimento negro.

Então eu fui começando a dar mais valor às minhas ideias do que a qualquer erro de gramática. Fui perdendo aquela bitola do Jayme de Aguiar e outros muito preocupados com a gramática. Mas, quando me chamaram a primeira vez de intelectual, eu fiquei espantado. Uma, porque eu não tinha essas veleidades, e outra, eu não tinha conhecimentos para tão alto título. Intelectual do quê? Eu não sei nada, eu não tenho título de nada. Apenas leio. Compro livros e leio, mas eu não sou intelectual (Leite, 1992, p. 197).

A partir da fala de Leite, é possível levantar algumas questões: Por que alguém que se dedicou por quarenta anos à militância, chegou quase no final da vida, sem se considerar um intelectual? Por que alguém que teorizou sobre a realidade racial brasileira, não se considerava um intelectual apenas por não ser portador de um diploma? Por que alguém que, por não dominar a norma culta, e escrevia o pretuguês⁵ – para usarmos uma categoria de Lélia Gonzalez –, não conseguiu se projetar como um dos maiores intelectuais negros do século XX?

Bem, para responder a essas perguntas é necessário fazer dois movimentos: o primeiro da reconstituição da fundação das universidades brasileiras, e o segundo, de pensar criticamente sobre a construção da figura do(a) intelectual. No que se refere ao primeiro movimento, é preciso ressaltar que a fundação das universidades brasileiras, no contexto da década de 1930, buscou reproduzir o modelo predominante no norte global. Segundo José Jorge de Carvalho,

Naquele momento inicial, estabeleceu-se um vínculo de identificação e pertencimento exclusivo com o mundo acadêmico ocidental. Nós nos vinculamos aos europeus e nos colocamos com seus súditos: em pleno século XX, eles nos ensinaram como uma universidade moderna deveria funcionar, e nós repetimos fielmente a maneira indicada. Estabeleceu-se um padrão de fundação subalternizante e dependente (Carvalho, 2019, p. 85).

Como explicitou Carvalho, desde a sua fundação, as universidades brasileiras operam a partir de uma lógica colonizada, buscando reproduzir metricamente, uma estrutura acadêmica associada ao colonialismo, imperialismo e experiências correlatas de violências produzidas pelo norte global. A implementação deste modelo de universidade nos anos de 1930 buscou elaborar

⁵ Categoria analítica formulada por Lélia Gonzalez para demarcar a africanização da língua portuguesa falado no Brasil. VER: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018. p. 322.

uma noção de intelectual que associava a prática à condição de acadêmico. Essa condição dificultava a identificação de sujeitos não acadêmicos com o exercício da intelectualidade. A respeito da construção da noção de intelectual produzida pelo ocidente, dizia bell hooks,

É o conceito ocidental sexista/racista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de pretas como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar “interdito”. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual (bell hooks, 2018, p. 240).

Em *Mulheres pretas intelectuais*, bell hooks busca refletir como a construção ocidental de intelectual, ancorada no racismo e sexismo, tornou a atividade mental um lugar interdito para mulheres negras. Entretanto, é possível, a partir de hooks, refletir sobre a condição dos homens negros, obviamente, entendendo as especificidades de gênero. Num país como o Brasil, marcadamente racista e profundamente desigual, a constituição das universidades a partir do modelo europeu, fez da atividade intelectual um lugar interdito para pessoas negras. Como dizia Lélia Gonzalez, as universidades brasileiras eram – e continuam sendo – verdadeiras torres de marfim, completamente descoladas da realidade social brasileira. Daí o desconforto de José Correia Leite em se considerar um intelectual. Em contraposição à visão ocidental racista/sexista de intelectual, bell hooks considera que

Intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. Tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua relação vital com uma cultura política mais ampla (bell hooks, 2018, p. 240).

Ao desvincular a noção de intelectual do acadêmico, bell hooks entende que a atividade intelectual se caracteriza pela elaboração de ideias transgressoras, em outras palavras, contra-hegemônicas. A partir dessa nova definição, hooks não apenas faz uma crítica veemente à construção ocidental da atividade mental, mas permite que outras vozes sejam alçadas à condição de intelectuais.

Nesse sentido, José Correia Leite e toda uma geração militantes negras(os), devem ser lidos como intelectuais, pois estamos falando de homens e mulheres negros(as) que, através da militância produziram ideias contra-hegemônicas visando desmantelar a farsa da democracia racial. Antes de avançarmos no tocante à trajetória intelectual e política de Leite, é preciso explicitar o que entendemos por militância, e aqui, cabe retomar as palavras de Audre Lorde:

Militância não significa portar armas em plena luz do dia, se é que algum dia foi isso. Significa trabalhar ativamente pela mudança, às vezes sem nenhuma garantia de que ela esteja a caminho. Significa fazer o trabalho tedioso e nada romântico, ainda que necessário de formar alianças relevantes, significa reconhecer quais alianças são possíveis e quais não são. Significa saber que aliança, assim como unidade, implica a união de seres humanos completos, bem-resolvidos, decididos e confiantes, e não autômatos fragmentados marchando a um ritmo pré-determinado. Significa combater o desespero (Lorde, 2019, p. 179).

Considero importante resgatar conceitos e categorias analíticas centrais da luta antirracista que têm sido sistematicamente esvaziadas no tempo presente, em especial no ambiente das redes sociais. Falar sobre militância é fundamental, pois a intelectualidade insurgente negra se caracteriza pela indissociabilidade entre teoria e prática. Nesse sentido, a decolonialidade e outros movimentos produzidos pelos ditos “outros/as” não devem ser resumidos a meros anseios acadêmicos, mas sim, vistos como movimentos radicais – partindo da visão de Angela Davis – que visavam a construção de novos marcos civilizatórios.

III. A trajetória intelectual e política de José Correia Leite

Nesta parte do ensaio, não pretendo apresentar uma espécie de biografia de José Correia Leite, a intenção é, a partir deste intelectual, compreender como se desenvolveu uma ampla conjuntura de luta contra o racismo no Brasil, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960. Vivemos numa época em que forças reacionárias, fascistas, racistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas têm se tornado uma agenda política de importantes nações, como por exemplo, nos Estados Unidos⁶. Assim, retomar a trajetória coletiva de luta dos(as) nossas(os)

⁶ Em 20 de janeiro de 2025, Donald Trump foi empossado, pela segunda vez, presidente dos Estados Unidos da América. O discurso de posse foi marcado por ataques aos ditos “grupos minoritários”, negros, latinos, mulheres, lgbtqiapn+, entre outros.

ancestrais, se apresenta como um exercício fundamental de sobrevivência. Como nos ensinou Audre Lorde, “pessoas negras estiveram aqui antes de nós e sobreviveram. Podemos ler suas vidas como placas que nos indicam o caminho” (Lorde, 2019, p. 174).

Em relação ao gênero biografia, em especial de pessoas negras, Petrônio Domingues destaca que, uma das tendências historiográficas no campo do pós-abolição é, justamente recuperar a trajetória de sujeitos historicamente silenciados e marginalizados pela dita “história oficial”. Além disso, a partir das biografias seria possível compreender uma determinada conjuntura histórica:

O tema do negro no pós-abolição vem assumindo diferentes contornos e direcionamentos. Um dos gêneros de pesquisa histórica de fecundas potencialidades é a biografia, neste caso a das “pessoas de cor” – suas experiências, idiosincrasias, paixões, utopias, constrangimentos e as representações que pesavam sobre suas condutas. Ultimamente, a revalorização da biografia permitiu examinar esses personagens como testemunhas, como reveladores de vários aspectos de uma época (Domingues, 2019, p. 91).

José Correia Leite nasceu em 1900, doze anos após a abolição da escravidão, e faleceu em 1989. Sua trajetória é um verdadeiro testemunho da luta negra que se desenvolveu ao longo do século XX no Brasil. Passemos então, à análise deste intelectual que foi um dos maiores expoentes do movimento negro. Leite nasceu na Rua 24 de maio, na ainda pequena cidade de São Paulo. Sua mãe, uma mulher negra, era empregada doméstica, e por conta da profissão, precisava deixar o pequeno Leite aos cuidados de outras pessoas para conseguir trabalhar e garantir a sobrevivência da família. Sua infância foi marca pela pobreza, e como a maioria das crianças negras, Leite não teve acesso à escola. Ainda criança, começou a exercer atividades laborais, tais como entregador de marmitas, menino de recado e ajudante de carpintaria.

Sua infância se passou no bairro Bexiga, uma região predominante negra da cidade de São Paulo. A família morava numa casa de pau-a-pique na Rua Marques Leão. Na adolescência, Leite se mudou para a rua Treze de Maio, quando época em que, segundo ele, “minha mãe acabou perdendo o juízo” (Leite, 1992, p. 24). O grande sonho de Leite era aprender ler e escrever, e ele só foi veio a pisar numa escola na juventude, quando fez uma proposta para a dona de um

estabelecimento escolar: “eu limpo o quintal ou faço qualquer outro serviço. Assim, a senhora me ensina a ler” (Leite, 1992, p. 25).

A primeira tentativa de aprender a ler e escreveu acabou não dando certo, pois a escola fechou e o jovem Leite precisou buscar um novo emprego para sobreviver. Nessa época, ao que parece, já não contava com nenhum suporte familiar, da mãe ou da irmã. Assim, passou a (sobre)viver sozinho, sempre em busca de um novo emprego e do sonho de se tornar uma pessoa letrada. Leite conseguiu uma nova função, agora como ajudante de lenheiro.

Nesse meio-tempo eu arrumei um emprego, com um italiano que morava na Rua Conselheiro Ramalho, de ajudante de lenheiro e fazendo também trabalho de cocheiro. Em São Paulo, as famílias de classe média para cima usavam fogões à lenha. E havia umas carrocinhas que vendiam lenha por metro cúbico. Eu trabalhava com o italiano pra ganhar dez mil réis por mês, casa e comida. Depois os italianos começaram a gostar de mim porque, apesar de eu ser um menino abandonado, era educado, maleável, e sabia responder o que devia e o que não devia. Então a família começou também a me utilizar para tomar conta de criança e fazer pequenos serviços nos dias em que não trabalhava com o velho italiano (Leite, 1992, p. 25).

A presença expressiva de italianos na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX é parte da política de branqueamento, implementada pelo Estado brasileiro desde meados do século XIX. Tal política foi pautada pela agência do branqueamento, alicerçada nas teses do racismo científico em voga, e da completa exclusão do negro do mercado de trabalho. Segundo Petrônio Domingues, havia uma tensão racial latente entre italianos e negros em São Paulo, o que pode ser atestado pela fala de Leite, ao afirmar “sabia responder o que devia e o que não devia”. Ainda segundo Domingues, “ao contrário do racismo convencionalizado padrão brasileiro, o branco, tanto o nacional quanto o imigrante, discriminava o negro desveladamente. O racismo era tão banalizado em São Paulo, no início do século XX, que se tornou normal espezinhar um cidadão negro” (Domingues, 2004, p. 200).

Leite nasceu e cresceu num ambiente marcadamente hostil para pessoas negras, inclusive é possível imaginar que sua mãe, uma mulher negra e doméstica, tenha “perdido o juízo” em consequência das violências racistas e sexistas presentes na cidade de São Paulo no início do século XX. Para Domingues,

O racismo à paulista na Primeira República (1889-1930) foi perverso porque: primeiro, privou o negro de direitos fundamentais no exercício da cidadania no campo da educação, saúde, política, lazer, segundo, eliminou as chances do trabalhador negro de concorrer em condições de igualdade com o branco nas velhas e novas oportunidade de emprego. Uma política de preferência racial e favorecimento do trabalhador branco no pós-abolição causou danos ainda hoje irreparáveis aos descendentes de escravos (Domingues, 2004, p. 381).

Ainda na juventude, Leite conheceu um rapaz negro que mudaria sua trajetória, Jayme de Aguiar. Um adolescente com quem passou a brincar, e que era membro de uma família de classe média. Jayme frequentava a renomada escola Coração de Jesus, onde recebia uma “boa educação”. Ainda perseguindo seu sonho de aprender a ler e escrever, Leite conseguiu matricular-se numa escola administrada pela maçonaria. Porém, a segunda tentativa também não foi bem sucedida, pois a escola logo fechou. Mais tarde, fez um curso de alfabetização, mas ainda não se considerava uma pessoa letrada, “nunca chegava a aprender o suficiente para dizer que sabia ler e escrever”. Nessa época, Leite ainda vivia cercado de italianos, e sendo tratado como “um bom negro”, pois sabia exatamente qual era o seu lugar.

Após um intenso convívio com os italianos, Leite finalmente conheceu a sociabilidade negra de São Paulo. Seu primeiro contato foi com o baile da sociedade Elite Flor de Liberdade: “então começaram a chegar moças muito bem vestidas, aqueles negrinhos bem trajados... eu fui ficando espantado” (Leite, 1992, p. 27). A partir daí, o jovem negro buscou afastar-se dos italianos e foi se aproximando, aos poucos, dos(as) negros(as) paulistanos(as), “estou perdendo tempo com esses italianos” (Leite, 1992 p. 27). A respeito disso, Leite explica:

Depois de conhecer o primeiro baile negro, já tomei outra atitude, procurando contatar mais as pessoas do meio. Todo mundo se espantava com o meu modo italianado de falar. Eu falava cantado e então era motivo de riso. Por outro lado, eu não podia ser bem falante por causa da minha pouca instrução. Até que eu me apaixonei por uma negra. Foi a primeira aventura amorosa (Leite, 1992, p. 29).

Foi frequentando os bailes negros de São Paulo que Leite voltou a reencontrar seu amigo Jayme Aguiar, que decidiu ajudar seu amigo a finalmente ler e escrever, “Zé, você não vai se ofender, mas eu posso te dar umas aulas de

português para ajudar a melhorar?” (Leite, 1992, p. 29). A partir daí, o jovem negro finalmente conseguiu se alfabetizar. Até chegou a se matricular num curso noturno de contabilidade, mas acabou desistindo por conta do cansaço.

Em certa ocasião, o amigo Jayme Aguiar deu a ideia de fundarem juntos um jornal. De imediato, Leite acatou a ideia e no dia de 24 de janeiro de 1924 circulou pela primeira vez o *Clarim*, “foi uma alegria quando saiu o primeiro número. Era pequenininho, sem conotação política ou qualquer ideia de aproximação da comunidade negra. Era um jornal de notícias literárias, embora eu não fosse literato e mal tivesse acabado de ter as primeiras noções de gramática” (Leite, 1992, p. 29). A partir do *Clarim*, Leite foi sendo apresentado à sociedade negra da cidade de São Paulo: Kosmos, Treze de Maio, Brinco da Princesa, 28 de setembro, Auriverde, Paulistano, bem como à realidade racial norte-americana, “no início d’ O Clarim d’ Alvorada, comecei a verificar muita coisa acontecida no processo de discriminação racial nos Estados Unidos” (Leite, 1992, p. 38).

Após o início do projeto, Jayme Aguiar decidiu se afastar para se dedicar à vida pessoal. Leite decidiu que o Clarim iria continuar, com ou sem vírgula, “o jornal pode sair com vírgula errada, com erro de concordância, mas vai sair. Por que agora eu tenho umas ideias. Eu acho que nós estamos fazendo um jornal errado. Vamos fazer um jornal diferente... e coisa e tal” (Leite, 1992, p. 40). O jornal não só continuou em circulação, como também recebeu um novo nome, passando a ser chamar Clarim d’Alvorada. Em torno do projeto, começou a se reunir um pequeno grupo de pessoas: Luiz de Sousa, Gervásio de Moraes, Henrique Cunha e o próprio Leite. Segundo o jovem militante, o jornal passou a se destacar no meio negro, “o Clarim d’Alvorada partiu para ser um jornal de luta, de denúncias, de reivindicações de direitos. Ficou um jornal dos outros existentes antes ou que ainda existiam. Por isso ele foi criando uma certa fama” (Leite, 1992, p. 41).

Aos poucos, Leite foi se tornando uma figura conhecida e respeitada no meio negro de São Paulo, e a causa negra passou a fazer parte da sua luta cotidiana, “as ideias ficaram encarnadas em mim de uma tal maneira que eu não sabia falar outra coisa que não fosse a situação do negro, o problema do negro.

Aonde houvesse lugar, onde o negro se reunisse, eu estava lá pra discutir também” (Leite, 1992, p. 59).

Leite começou a refletir não somente sobre a condição do(a) negro(a) brasileiro(a), mas também sobre a realidade racial fora do país. Nesse sentido, o contato com o movimento pan-africanista⁷ de Marcus Garvey⁸ foi fundamental para que o jovem militante pudesse desenvolver uma consciência racial para além das fronteiras brasileiras. A partir daí, observa-se uma circulação de ideias entre Brasil e Estados Unidos.

A gente também mandava O Clarim d’Alvorada pra lá. Os jornais de lá vinham com tanta demora porque naquele tempo não vinham de avião, e sim de navio, e navio era muito demorado. Os números do Chicago Defender chegavam aqui muito atrasados. Nós tínhamos de arranjar os que sabiam inglês para poderem traduzir ou ler pra gente (Leite, 1992, p. 79).

Findada a década de 1920, a conjuntura política e econômica mudou radicalmente, a grande crise de 1929, a queda da Primeira República e a ascensão de Getúlio Vargas, fizeram com que o movimento negro se organizasse em São Paulo, e foi exatamente nesse ambiente de agitação e incertezas que surgiu a Frente Negra Brasileira⁹. Apesar da aglutinação em torno da nova frente, Leite demonstrou pouco entusiasmo com os encaminhados dados pelas lideranças do movimento, “nós do grupo d’ O Clarim d’Alvorada, no dia que foram aprovados os estatutos finais, íamos combater porque não concordávamos com as ideias do Veiga dos Santos (o Arlindo). Era um estatuto copiado do fascismo italiano” (Leite, 1992, p. 95).

Rapidamente a relação entre a Frente Negra e o Clarim d’Alvorada foi se deteriorando ao ponto de o grupo de Leite suspender a circulação do jornal e fundar temporariamente um folhetim denominado “Chibata” só para atacar a Frente:

⁷ Segundo John Henrik Clarke, “em essência, o pan-africanismo é sobre a restauração do povo africano ao seu devido lugar na história mundial” (Clarke, 2021, p. 156).

⁸ Marcus Garvey (1887-1940) foi um dos maiores expoentes do movimento nacionalista negro.

⁹ Fundada em 1931, em São Paulo, a Frente Negra foi uma das principais organizações do Movimento Negro no século XX. A frente, que chegou a ter cem mil associados, tinha como principal objetivo o “levantamento moral e social da grande raça”.

Suspendemos as edições d'O Clarim d'Alvorada e fundamos um jornal com o nome de "Chibata". E aí começamos a atacar frontalmente todos eles. Saiu o primeiro número de Chibata, saiu o segundo, quando ia sair o terceiro eles mandaram uns fanáticos para empastelar o jornal. Mas o negócio não era bem empastelar, a intenção era dar uma surra na gente, porque eles vieram armados de paus. Mas acho que chegaram lá e não tiveram coragem. Então invadiram a sede e arreventaram a sala, jogaram estante de livros, viraram máquina de escrever, mas deixaram intacta a oficinazinha. (Leite, 1992, p. 100)

Após o desentendimento entre a Frente e o "O Clarim d'Alvorada", o jornal voltou a circular, porém, logo em seguida, parou mais uma vez, devido a problemas financeiros. Leite acabou perdendo seu emprego, e o pagamento do aluguel da sala de redação tornou-se inviável. Em resposta à Frente, o grupo de Clarim decidiu fundar em julho de 1932, a associação de nome Clube Negro de Cultura Social. Foi a primeira experiência de Leite com o associativismo negro, "O Clube Negro de Cultura Social para mim foi uma experiência nova. Eu estava acostumado nas lides de jornal. Era muito diferente de militar dentro de uma entidade" (Leite, 1992, p. 109).

As críticas de Leite à Frente Negra Brasileira versavam sobre a sua estreita relação com a política partidária. Desde a sua inserção na militância, o jovem negro defendia a autonomia do movimento diante das disputas políticas, entendendo que nem direita, nem esquerda viam a questão racial como um problema político real.

Para nós o problema era específico. Eu, por exemplo, sempre lutei para que não houvesse confusão de ideias partidárias de esquerda ou direita. E como negro, a questão é separada, uma questão propriamente do negro. A gente luta para conscientizar o negro que ele era quem tinha que advogar sua causa, não esperar que alguém viesse advogar por ele. Já sabíamos que ninguém vinha tratar do desamparo, do erro da abolição. Estávamos certos de que isso não tinha mais jeito. E não deixamos de reivindicar os direitos que o negro tinha em denunciar os prejuízos sofridos. Mas a gente tinha de lutar para uma aproximação. Esse era o ideal d' O Clarim d' Alvorada e foi o que a gente levou para o Clube Negro de Cultura Social (Leite, 1992, p. 118).

Nesse meio tempo, Leite acabou adoecendo e precisou se afastar temporariamente da militância para cuidar da saúde. Em 1937, conseguiu um emprego na prefeitura de São Paulo, e voltou para a luta no Clube Negro de

Cultura Social. Naquela altura, Getúlio Vargas já havia dado um golpe de Estado, suspendendo a constituição de 1934 e instituindo uma ditadura fascista. O Estado Novo (1937-1945) foi um período marcado pela repressão política e pelo desmantelamento dos movimentos sociais, incluindo a Frente Negra Brasileira. A despeito do avanço da violência política, o Clube Negro de Cultura Social “continuou trabalhando para fazer as comemorações do Cinquentenário da Abolição, que seria no dia 13 de maio de 1938. Por causa disso, o Cultura não foi atingido pela Lei de 10 de novembro de 1937.

O Estado Novo – nome que Getúlio deu à ditadura – e terminou com todos os movimentos de lutas sociais do negro porque eram considerados luta de classe. Aí o Movimento Negro parou e o Cultura, terminados os festejos do Cinquentenário da Abolição, foi intimado a fechar. Mas o Borba conseguiu dialogar com o departamento de polícia política e foi permitido que o clube continuasse, apenas como uma entidade cultural não negra, tanto que teve que tirar a palavra negro. E continuou. Eu e muitas pessoas não estávamos interessados no programa que foi idealizado: fazer festas carnavalescas. Então nós nos afastamos. E o movimento parou. A associação que entenderam de formar para substituir a Frente Negra também não foi permitida (Leite, 1992, p. 137).

A partir de 1939, Leite se mudou para a rua Augusta, e com a completa desarticulação do movimento negro, sua casa passou a ser um reduto importante de debates e discussões. Até mesmo Carolina Maria de Jesus, chegou a frequentar os almoços de domingo na casa de Leite. Porém, aqui vale uma observação a respeito do sexismo presente no interior do movimento negro. Ao se referir a jovem Carolina, Leite foi explicitamente machista, e a sua fala, exemplifica como a questão de gênero não foi devidamente enfrentada pela militância majoritariamente masculina,

Quando perguntamos o nome dela, ela respondeu que se chamava Carolina Maria de Jesus, a mesma que mais tarde escreveu o Quarto de Despejo. Ela já era nossa conhecida desde aquela época. Só que ela não fazia poesia que falasse de negro, ela nem tinha essa consciência, nem mesmo quando fez o Quarto de Despejo. Nunca teve consciência de negra. A poesia dela, na época, era muito colorida, mas sem nenhuma conotação de origem, de raça (Leite, 1992, p. 138).

A despeito da repressão Varguista, algumas associações foram fundadas antes mesmo da redemocratização de 1945, é o caso da Associação José do

Patrocínio (1941) e a Jabaquara, organização clandestina fundada pelo marxista maranhense, Luiz Lobato. Apesar disso, o movimento negro só veio a se reorganizar de fato com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrota do nazifascismo e o iminente colapso da ditadura Vargas.

O primeiro movimento no sentido da reorganização da luta foi a publicação de um manifesto convocando a comunidade negra à luta. Logo em seguida, aconteceu a fundação da Associação dos Negros Brasileiros e o do jornal Alvorada. Inicialmente, a nova entidade ficou alocada na sede da Associação José do Patrocínio. Em relação ao jornal, sob a direção de Leite, Raul Amaral e Fernando Góis, Alvorada circulou pela primeira vez em setembro de 1945.

A redemocratização no final de 1945 deu início a uma nova fase na trajetória intelectual e política de José Correia Leite. Tendo iniciado a militância por volta dos vinte e quatro anos, em 1945, já com quarenta e cinco anos, Leite já era um homem experiente. O início no Clarim nos anos 1920, a experiência no Clube Negro de Cultura Social na década de 1930, fizeram com que Leite amadurecesse e se tornasse uma referência da causa negra na cidade de São Paulo. É no período entre 1945 e 1964 que Leite irá produzir seu corpus intelectual mais consistente, deixando um legado inestimável para a história do movimento negro.

É possível afirmar que foi à frente da Associação dos Negros Brasileiros e do jornal Alvorada, entre 1945 e 1948, que Leite intensificou sua militância pela causa negra e produziu um conjunto significativo de textos debatendo questões centrais para o movimento negro. Entretanto, é necessário situar Leite num ambiente mais amplo, de modo a destacar o esforço coletivo de toda uma geração. Ao recuperar a trajetória do histórico militante, nossa intenção não é individualizar a história, ou sustentar o falso argumento de que a história é produto de sujeitos excepcionais. Nossa intenção é, partir de Leite, apresentar um quadro geral de luta protagonizada pelos(as) intelectuais negros(as).

Não é possível falar sobre José Correia Leite e o movimento negro de São Paulo sem mencionar Fernando Góis, ou melhor, Fernando de Araújo Góis Calmon, baiano de nascimento, mas radicado no Rio de Janeiro. A amizade entre os dois surgiu no início da década de 1930, quando Góis apareceu na sede do Clube Negro de Cultura Social. Na época, Leite voltou a morar no bairro da Bixiga,

local onde passou sua primeira infância. Góis começou a frequentar sua casa, e aos poucos, passou a ser conhecido e estimado no meio negro de São Paulo, inclusive colaborando com o “O Clarim d’Alvorada”. Como um bom amigo, num certo dia, Leite levou Góis para comer pizza. Eram tempos difíceis, marcados pela ameaça constante da fome, mas por vezes, a dureza da vida dava espaço para risos e gargalhadas,

Eu me lembro um dia que estávamos num grupo de quatro e entramos numa pizzaria. Estavam começando aparecer na cidade pizzarias. Chegamos lá e pedimos uma pizza meia-meia. Depois que o garçom nos serviu, nós começamos a comer e o Góis ficou parado. Eu disse:

- Como é, Góis? Você não come? Experimente, vê se você gosta.

Ele respondeu:

- Eu estou esperando o arroz.

- Oh, Góis! Essa coisa não se come com arroz. Isso aqui não é restaurante, é uma pizzaria. Os italianos nem sabem o que é arroz aqui. Depois que eu falei, ele ficou meio sem jeito, mas comeu o pedaço de pizza, gostou e passou a ser um frequentador de pizzaria (Leite, 1992, p. 128).

Após um início bastante difícil, marcado pela fome e pela falta de abrigo, a amizade com Leite foi um divisor de águas na trajetória de Góis. Tempos depois, o jovem baiano conseguiu um bom emprego na imigração, e a vida começou a melhorar na cosmopolita cidade de São Paulo. No caso de Leite, a vida só veio a fluir quando ingressou na prefeitura da capital paulista nos idos de 1937. Durante o período do Estado Novo, ambos dividiram casa na Rua Augusta, local de aglutinação das principais lideranças do movimento negro. Com a redemocratização em 1945, ao lado de Leite e de Raul Amaral, fundou o jornal Alvorada, um dos principais veículos da imprensa negra de São Paulo no período de 1945 a 1948.

A partir do renascimento da imprensa negra e do associativismo, o movimento negro de São Paulo buscou se reposicionar num contexto político marcadamente diferente daquele da década de 1930. Os novos ares democráticos apresentavam-se como uma possibilidade de finalmente concretizar a tão almejada democracia racial. No caso do grupo vinculado à Associação dos Negros Brasileiros, e liderado por José Correia Leite, a principal aposta política era na organização do associativismo negro independente, ou seja, sem qualquer vinculação com as disputas partidárias. Havia certo entendimento de que sem

organização interna e independente, os(as) negros(as) seriam incapazes de formular projetos coletivos emancipatórios.

Se, no caso de São Paulo, a Associação dos Negros Brasileiros era uma das principais organizações no contexto da redemocratização, no Rio de Janeiro, no dia 13 de outubro de 1944, Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro¹⁰, uma das principais organizações do movimento negro no século XX. Em suas memórias, Leite relata só veio a conhecer a capital da República no início dos anos 1940. Após a primeira viagem, passou a frequentar anualmente a cidade do Rio de Janeiro, e aos poucos, foi se aproximando da militância negra carioca:

E continuei a fazer minhas idas ao Rio de Janeiro, até que um ano, eu estava em frente à Central, onde do lado tinha a sede do Estado Maior do Exército e, de repente encontro o Rodrigues Alves. Ele fez uma festa comigo. Tirei minha mala do hotel e fui pro quarto dele na Rua Marquês de Pombal, uma travessa da Rua do Mangue, que hoje é continuação da Avenida Getúlio Vargas. Naquele dia ele marcou um encontro comigo num bar chamado Vermelhinho, muito falado. Nesse bar era onde se reuniam grandes expressões de intelectuais e artistas plásticos. E no meio deles pude também encontrar negros como Solano Trindade, Abdias Nascimento, Ironides Rodrigues e outros com os quais eu fiquei muito ligado. Solano Trindade já era um poeta conhecido e Abdias Nascimento também, através da direção do Teatro Experimental do Negro. Fiquei conhecendo também o Agnaldo Camargo e outros amigos do Rodrigues Alves, dentre os quais um baiano muito bom, muito afetivo, chamado Elói Guimarães (Leite, 1992, p. 155).

A redemocratização e a consequente rearticulação do movimento negro possibilitou esse intercâmbio entre importantes lideranças de São Paulo e Rio de Janeiro. Na busca incessante pela “nova abolição”, diferentes projetos políticos foram pensados e articulados. A retomada democrática em São Paulo foi marcada pela efervescência política, além da Associação dos Negros Brasileiros, outras organizações estava em funcionamento, como era o caso da Associação José do Patrocínio. Além das associações, surgiram importantes jornais da imprensa negra, aqui vale destacar o *Alvorada* e o *Novo Horizonte*.

¹⁰ Segundo Abdias Nascimento, o Teatro Experimental do Negro “propunha-se resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte” (Almada, 2009, p. 69).

É preciso destacar a importância das ativistas negras na organização do movimento negro, especialmente em São Paulo. Aqui, gostaríamos de registrar o protagonismo de três mulheres negras, a saber: Maria do Rosário Alvarenga, Sofia Campos Teixeira e Jacira da Silva. O papel desenvolvido pelas ativistas negras no interior do movimento negro não deve ser menosprezado, pelo contrário, a atuação coletiva das ativistas negras foi fundamental para a organização da luta antirracista na cidade de São Paulo. Por exemplo, no caso da Associação dos Negros Brasileiros, as mulheres negras eram a maioria das filiadas, ou seja, eram elas que contribuíam mensalmente com a instituição.

Em relação à ativista negra Maria do Rosário Alvarenga, destacamos a sua atuação na fundação da Associação José do Patrocínio em 1941, no auge da ditadura varguista. A instituição surgiu com o intuito de retomar as lutas encabeçadas pela Frente Negra Brasileira, extinta em 1937. Sua principal bandeira política era a defesa intransigente das trabalhadoras negras domésticas, através de programas concretos de assistência social e apoio. Além disso, a associação oferecia cursos profissionalizantes, como por exemplo, cursos de corte e costura. No contexto da redemocratização em 1945, a Associação José do Patrocínio sediou temporariamente a Associação dos Negros Brasileiros, organização fundada por José Correia Leite. Ao longo da década de 1940, a instituição fundada por Maria do Rosário Alvarenga foi uma das principais organizações do movimento negro da cidade de São Paulo.

Sofia Campos Teixeira foi das principais intelectuais negras do movimento negro na década de 1940. Professora e fundadora do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A ativista foi uma das poucas intelectuais negras a publicar regularmente na imprensa negra paulista. Entre 1946 e 1949, Sofia Campos publicou ensaios em diferentes veículos, tais como *Senzala*, *Alvorada* e *Novo Horizonte*, sempre destacando a condição das mulheres trabalhadoras, em especial das mulheres negras.

Sofia Campos era, nas palavras de Lobato, uma mulher “inteligente, culta, dedicada e de caráter inatacável. Incansável na luta pela elevação do nível econômico e cultural dos negros brasileiros” (Vanguarda Socialista, 27/12/1946). Ainda segundo o articulista, a candidata, que atuava como professora, tinha como bandeiras a luta contra o preconceito de cor e era a favor dos direitos das

mulheres. Eram mostras do seu comprometimento com o cargo que ocupava na direção do departamento feminino do Diretório Estadual de São Paulo da Convenção Nacional do Negro, “o único departamento que na realidade funcionou”: a colaboração na criação da Associação das Empregadas domésticas e a defesa da sindicalização da categoria, que apresentou durante o I Congresso da Mulher que Trabalha (Sotero, 2015, p. 90).

A trajetória intelectual e política de Sofia Campos ilustra bem a importância das ativistas negras na construção do movimento negro de São Paulo. Além de exercer uma militância intelectual através da imprensa, a professora se dedicou integralmente à luta no interior dos movimentos sociais em curso na cidade. Tendo como principal bandeira a questão das trabalhadoras negras domésticas, é possível pontuar que Sofia Campos, através do exercício da sua militância orgânica, foi uma precursora do feminismo negro no Brasil, denunciando a violência racial, de gênero e classe contra as mulheres negras.

Um dos textos mais emblemáticos da intelectual e ativista Sofia Campos foi publicado pelo jornal Novo Horizonte, em agosto de 1947. Intitulado *28 de setembro*, em homenagem ao dia da Mãe Preta, o texto denunciava a condição de marginalidade imposta aos homens e mulheres negros(as) no contexto do pós-abolição. No limite, a professora buscava desmascarar a farsa da democracia racial, apontando para os erros da falsa abolição de 1888:

Libertados os escravos, foi instituído o trabalho livre e remunerado, crescendo rapidamente as atividades produtoras. Empenharam-se então os senhores feudais em organizar novos métodos econômicos, construindo um novo tipo de escravo no Brasil – o assalariado. Nesta nova classe, estavam e estão até os nossos dias, lutando por um melhor padrão de vida, homens e mulheres, brancos e negros. E assim, decorridos várias dezenas de anos, ainda assistimos o desfile significativo dos homens dos campos, das fábricas e outras inúmeras ocupações, trabalhadores que lutam para obter roupa e alimento em troca de péssima remuneração, incluindo o trabalho das mulheres que também lutam para viver (Oliveira, 2021, p. 199).

Vale destacar que sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro fez com que Sofia Campos desenvolvesse um tipo de militância política mais radical, fazendo-a refletir não somente sobre a realidade de pessoas negras, mas também sobre as agruras dos brancos pobres oriundos da classe trabalhadora. Em duas ocasiões, 1947 e 1950, a professora concorreu a cargos legislativos pela legenda

do PSB, porém sem sucesso. A trajetória de Sofia Campos é emblemática, pois se trata de uma intelectual negra que já na década de 1940 denunciava as condições impostas pelas opressões estruturais – racismo, sexismo e classismo –, às mulheres negras. Nesse sentido, é fundamental recuperar as trajetórias destas ativistas precursoras da geração de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e tantas outras.

Por fim, a história da ativista Jacira da Silva é emblemática, pois se trata da única mulher negra a ocupar um cargo de direção em um jornal. *O Mutirão*, órgão vinculado à Associação Cultural do Negro, foi fundado em 1958 na cidade de São Paulo. Um dos últimos a circular na década de 1950, o jornal teve vida breve, com apenas cinco edições. A trajetória de Jacira da Silva é sintomática pois ilustra o protagonismo de mulheres negras na luta antirracista no contexto da Segunda República (1945-1964).

O início da década de 1950 foi marcado por um certo recuo da luta na cidade de São Paulo. Uma das principais organizações, a Associação dos Negros Brasileiros, encerrou suas atividades no início de 1948, bem como o jornal *Alvorada*, vinculado à instituição. Em 1950, José Correia Leite celebrou cinquenta anos de vida, e para comemorar, Fernando Góis, amigo de longa data, decidiu oferecer um jantar para amigos próximos. A luta em São Paulo veio a se retomada em 1954, ano em que a cidade celebrou quatrocentos anos de fundação. Isso porque, a prefeitura tratou de organizar uma série de eventos comemorativos, rememorando as contribuições das colônias estrangeiras, em especial da italiana, e omitiu a importância do negro na construção da cidade. Como naquela conjuntura não havia nenhuma associação em atuação em São Paulo, decidiu-se pela fundação uma nova organização.

Com tudo isso houve alguns negros interessados em fazer qualquer coisa no Quartocentenário da cidade, mas foram pedir auxílio pro governo e receberam uma recusa. Isso eu soube. Por aí há sempre negros esperando essas oportunidades para ver se entra uma verbazinha. Mas eu achei que esse negócio não estava certo e então nós tínhamos de fazer uma outra entidade mesmo. Por causalidade encontrei-me com o Borba, que já tinha dado uma iniciática sobre a ideia da fundação de uma entidade cultural. Achei que uma entidade cultural, de propaganda em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade (Leite, 1992, p. 163).

A partir daí surge, em 1956, a Associação Cultural do Negro, tendo como uma das primeiras atividades políticas a organização das atividades em torno do 13 de maio. Antes disso, vale destacar, no início da década de 1950, as contribuições dadas por Leite ao Projeto Unesco: “eu comecei a me tornar uma espécie de teórico com as pesquisas da Unesco na década de 1950, e mais tarde com outros pesquisadores que procuravam informações relativas a essas lutas sociais do negro em São Paulo” (Leite, 1992, p. 197).

Retomando a trajetória da Associação Cultural do Negro, em 1958, a instituição organizou uma série de atividades ao longo do ano para “comemorar” os setenta anos da abolição. Na ocasião, diversas homenagens foram prestadas aos abolicionistas negros, tais como Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Aqui vale destacar a presença de uma jovem militante negra, Nair Araújo, “a presença dela foi muito importante porque, como o Oswaldo de Camargo era entendido de música e havia na Associação algumas moças que cantavam, nós fizemos um departamento cultural chefiado por ele, mas sempre com a colaboração de Nair Araújo” (Leite, 1992, p. 174).

Na ocasião das festividades em torno dos setenta anos da abolição, a Associação Cultural dos Negros, dedicou-se à publicação de cadernos sobre a cultura negra. Ao todo, cinco cadernos foram publicados; um possível sexto caderno seria dedicado à obra escrita por José Correia Leite, “*O Alvorecer de uma ideologia*”, porém o projeto acabou não se concretizando.

Ao final da década de 1950, o movimento negro de São Paulo começou a se conectar mais fortemente com as lutas pela descolonização da África, inclusive protestos foram organizados, denunciando a discriminação na África do Sul.

1960 foi considerado o Ano Africano. Foi quando ocorreu o maior número de independências dos países da África Negra. Toda atenção estava voltada para esses acontecimentos. [...] aquela movimentação deixou os negros daqui entusiasmados. A África era bem desconhecida. Parecia que estava sendo descoberta naquele momento. Todo mundo estava voltado para o que acontecia lá (Leite, 1992, p. 177).

Nesse ínterim, surgiu a Revista Niger um dos periódicos mais emblemáticos da história da imprensa negra. José Correia Leite, já com sessenta anos de idade,

topou colaborar com o novo projeto, porém de forma mais tímida, “o Borba foi me procurar e pediu que eu também colaborasse com a iniciativa. Eu já estava com sessenta anos, mas eu disse que, na medida do possível, eu dava minha colaboração” (Leite, 1992, p. 178).

A primeira edição circulou em 1960, ano marcado pelo sucesso editorial da obra “Quarto de Despejo”, da escritora Carolina Maria de Jesus. Todo o estrondo causado pela publicação foi documentado pela revista *Niger*, que dedicou sua terceira edição à escritora negra e sua obra. José Correia Leite relatou que o sucesso do livro foi tão grande que Carolina Maria de Jesus recebeu inúmeras homenagens na sua festa de aniversário de sessenta anos; “foi uma homenagem que me deixou muito sensibilizado por causa da Carolina, que praticamente ofuscou o aniversariante que era eu. A homenagem a ela foi mais importante do que a homenagem aos meus sessenta anos” (Leite, 1992, p. 179).

No início dos anos 1960, Associação Cultural do Negro ainda organizou festividades para comemorar o centenário de nascimento de Cruz e Souza. Naquele momento, o país vivia o início de uma crise política sem precedentes, que culminaria no golpe civil-militar em 1964. Com o colapso da democracia e a instauração da Ditadura Militar, os movimentos sociais foram paulatinamente desarticulados, inclusive as organizações negras. A saída de cena de José Correia Leite da militância aconteceu exatamente nesse contexto, marcado pela supressão da liberdade política no Brasil.

Quando eu dei pela coisa, já era mil novecentos e sessenta e cinco. Eu tinha completado meu tempo de serviço na prefeitura e entrei com meu pedido de aposentadoria. Aí resolvi me aposentar também da militância e acabei me afastando da Associação (Leite, 1992, p. 193).

Após a aposentaria, Leite enfrentou problemas de saúde e começou a se dedicar à pintura. Em relação à militância, passou a acompanhar de longe, e sempre desconfiado, quando o movimento buscava aproximar-se da política partidária, como acabou acontecendo no início dos anos 1980, no contexto da redemocratização. Desde início da sua trajetória intelectual e política, José Correia Leite buscou defender a tese em torno da autodeterminação do Movimento Negro, sem qualquer filiação com os partidos políticos, “eu sou contra se dividir

politicamente. Agora, as pessoas podem participar de partido político, mas não dizendo que com isso vão resolver o problema do negro, quando estão divididos dentro de uma ideologia de um partido branco” (Leite, 1992, p. 210).

IV. Considerações finais

Aqui, retomamos a frase final do poema de Audre Lorde, “nunca estivemos destinadas a sobreviver” (Lorde, 2020, p. 83), para refletir a trajetória intelectual e política de alguém que sobreviveu ao projeto genocida implementado pelo Estado brasileiro no início da República. José Correia Leite nasceu doze anos após o fim da escravidão e cresceu numa cidade marcada pela tensão racial. Sem base familiar, conviveu com o abandono, a solidão e a fome. Após um longo convívio com os italianos, aos vinte quatro anos, finalmente conheceu a sociabilidade negra da cidade São Paulo. A partir daí começou a se aproximar da “negrada paulistana”, dando início a uma trajetória intelectual e política marcadamente insurgente.

Ao romper com o medo e o silêncio, Leite passou a denunciar a existência do “preconceito de cor” na cidade de São Paulo, a farsa da abolição de 1888 e a inexistência da dita democracia racial. Ao longo de quatro décadas, o menino do bairro do Bexiga, atuou incessantemente na luta contra o racismo. Tendo como bandeira, a autodeterminação do movimento negro, Leite acreditava na unidade política dos(as) negros(as). Descrente da política partidária, defendia o associativismo como a única via capaz de promover “o levantamento político, econômico e cultural do negro”.

Por fim, reafirmamos que José Correia Leite foi um dos maiores intelectuais negros do século XX. Como bem nos alertou bell hooks, intelectual é alguém que lida ou produz ideias contra-hegemônicas. Nesse sentido, entendemos que uma das tarefas da decolonialidade é recuperar as trajetórias políticas de intelectuais negros(as) não acadêmicos. Aliás, nossa tradição de insurgência vem dos movimentos sociais, do chão da história e das lutas coletivas. No momento em que temos assistido ao avanço de forças racistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas, em resumo, forças da extrema-direita, retomar percursos

biográficos como os de José Correia Leite pode, como ensinou Audre Lorde, nos encorajar a continuar lutando e imaginando outros horizontes civilizatórios.

Referências

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *In*: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGUÉL, Ramon (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 09-26.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGUÉL, Ramon (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 79-106.

CLARKE, John Henrik. **Pan-africanismo, poder preto e história preta**. São Paulo: Editora Ananse, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Mulheres pretas Intelectuais**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. (Coleção Pensamento Preto: epistemologias do renascimento africano, 1).

KILOMBA, Grada. **Mémoires de plantation: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Codogó, 2019.

LEITE, José Correia. **E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LORDE, Audre. **A unicórnica preta**. 1. ed. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

E eu não sou um intelectual? A trajetória intelectual e política de José Correia Leite
Felipe Alves de Oliveira

MALDONADO-TORRES, Nelson. A analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-54.

OLIVEIRA, Felipe Alves. **Nosso imperativo histórico é a luta**: intelectuais negros/as e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Malê, 2021.

SOTERO, Edilza Correia. **Representação política negra no Brasil pós- Estado Novo**. 2015. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, USP, São Paulo, 2015.